FUNCIONÁRIO PÚBLICO — AGREGAÇÃO — APOSENTADORIA

— Interpretação da Lei n.º 1.741, de 22 de novembro de 1952.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Processo P. R. N.º 1.832-69

Presidência da República — Consultoria-Geral da República. E.M. número H-845, de 24 de junho de 1969. — “Aprovo. Em 25.6.69.”

PARECER N.º H-845

GILSON FERREIRA PONTES, aposentado no cargo de contador, nível 22, do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, pleiteia a revisão deste ato, para o fim de ser declarada sua aposentadoria em cargo em comissão, pois se julga amparado pela Lei n.º 1.741, de 22 de novembro de 1952.

2. Consta do processo, que o interessado vem ocupando, ininterruptamente, funções de confiança, desde abril de 1955, razão pela qual entende ter direito à agregação de que trata a Lei n.º 1.741-52, pois em abril de 1965 completou o decênio legal exigido para o benefício em causa.

3. A única dúvida suscitada em torno da matéria prende-se ao fato de o suplicante ter ocupado, no período de 23-4-55 a 16-5-60, interinamente, em substituição, o cargo de provimento efetivo, de assistente da Diretoria do Expediente, da Presidência da República, padrão CC-3.

4. Solicitei a audiência prévia do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), atendendo ao que dispõe a Circular n.º 8, de 5 de maio de 1965, do Gabinete Civil da Presidência da República.

5. Retornam, agora, os autos, devidamente instruídos com pareceres dos

órgãos técnico e jurídico daquele departamento.

6. A Divisão de Regime Jurídico do Pessoal entende que se trata de *caso novo* em que se cuida de verificar a incidência da Lei n.º 1.741, de 1952, motivo pelo qual cabe a esta Consultoria o deslinde da questão.

7. A Consultoria-Jurídica, porém, apina pela denegação do pedido, consoante parecer nestes termos:

“A fls. 24 do processo consta certidão, através da qual se comprova que o requerente, de abril de 1955 a maio de 1960, exerceu, interinamente, em substituição, o cargo de assistente da Diretoria de Expediente CC-3. Embora fôsse atribuído ao aludido cargo um valor de símbolo, à semelhança de um cargo em comissão, trata-se, na realidade, de um cargo *isolado de provimento efetivo*.”

O fato de fixar a lei vencimento de cargo efetivo através de símbolo, contrariamente à técnica de fixação de vencimentos para os cargos públicos, não lhe descaracteriza a natureza, pois o que a estabelece é a forma de provimento.

A regra de contagem para efeito da Lei n.º 1.741, de 1952, deve ser entendida no sentido de que só se computam exercícios de cargos ou funções nos quais pode ser deferida a vantagem. Ora, no cargo de provimento efetivo de assistente, símbolo CC-3, não poderia ser deferida a vantagem da Lei n.º 1.741, por não ser em comissão,

nem revestir-se da natureza de função gratificada. Logo, como considerar-se o seu exercício para efeito dessas mesmas vantagens, em outro?

A circunstância de ter sido o provimento em caráter interino, em substituição do titular efetivo, não alça êsse provimento interino à condição do provimento em comissão, porque se trata de uma interinidade num cargo efetivo”.

8. Na verdade, a ocupação de um cargo efetivo não enseja o benefício da Lei n.º 1.741, de 1952, que se destina, precipuamente, às funções de direção, tais como cargo em comissão e função gratificada.

9. O alcance social do diploma já foi, por diversas vezes, examinado por êste órgão. É pacífico o entendimento segundo o qual o seu propósito declarado é dar uma espécie de *estabilidade financeira* aos servidores que por longo período (mais de 10 anos ininterruptos), se dedicaram às árduas tarefas de dirigente, percebendo, por isso, remuneração compatível com os encargos da chefia.

10. O funcionário que ocupa cargo em caráter efetivo, ao contrário, não está sujeito a dêle ser afastado *ad nutum*, da administração, perdendo, assim, a remuneração que lhe cabia. Sua posição não é precária, pois continuará sempre a fazer jus aos vencimentos de seu cargo. Desta forma, não há que falar-se em amparo da Lei n.º 1.741, para os ocupantes de cargos efetivos.

11. Também concordo, em tese, com a douda Consultoria-Jurídica do DASP, quando afirma que não é o critério de fixação do vencimento do cargo que indica sua natureza. Realmente, o que importa é a maneira de prover êste cargo. Se a lei diz que êle é de provimento efetivo, ou em comissão, não interessa o modo pelo qual seu vencimento é representado (símbolo, nível, quantia fixa etc.), para se saber sua

categoria. A lei que o criou é que lhe dá a natureza do provimento (efetivo ou em comissão).

12. Ocorre, porém, que a hipótese dêstes autos apresenta peculiaridades que ensejam entendimento diverso.

13. Os cargos de assistente da Diretoria do Expediente, em número de dois (2), foram criados pela Lei número 1.313, de 17 de janeiro de 1951, na categoria de cargos isolados, de provimento efetivo, com os vencimentos do símbolo CC-3, limitado o preenchimento dos respectivos cargos aos ocupantes da classe M, ou superior, da carreira de oficial, com mais de dez anos de exercício na Secretaria da Presidência da República.

14. Não se subordinou, evidentemente, a criação de tais cargos aos critérios rígidos da técnica administrativa em assuntos de pessoal. Tanto isso é verdade que os cargos mencionados tinham e têm como atribuições tarefas tipicamente de assessoramento, como se observa do Decreto n.º 36.261, de 29 de setembro de 1954. Além do mais, deu-se padrão de vencimentos equivalente ao fixado para os cargos em comissão.

15. Tudo isso leva a crer que o propósito principal da norma foi assegurar o aproveitamento de ocupantes da carreira de oficial, em caráter efetivo, de sorte que as investidas posteriores fôssem feitas em comissão, em decorrência de prévia transformação dos cargos isolados de provimento efetivo.

16. Isso, aliás, ocorreu exatamente, com os cargos de diretor e adjunto do Expediente que, criados em caráter efetivo (Decreto-lei n.º 8.551, de 3.1.46) e garantida a situação dos ocupantes, foram transformados em cargos de provimento em comissão (Lei n.º 1.313, de 1951).

17. No presente caso, apesar de não ter havido a mudança *ex vi legis*,

operou-se uma modificação, sob certo aspecto, face à condição de investidura imposta pela própria administração.

18. Assim é que, sendo o interessado funcionário efetivo, o ocupante de cargo de carreira — contador — do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, foi nomeado, interinamente, em substituição, para ocupar aquele cargo, declarado por lei, de provimento efetivo, sem prejuízo da situação funcional da qual era titular, hipótese não admitida pelo art. 16 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

19. Isso demonstra que a Presidência da República reconhecia, àquela altura, a natureza comissionada do cargo, talvez, em virtude do caráter de assessoramento que envolvia suas atribuições, e, principalmente, em decorrência da natureza das tarefas próprias daquele gabinete, tipicamente de confiança.

20. Assim procedendo, colocou o servidor em posição de verdadeiro ocupante de cargo de confiança, demissível *ad nutum*, mesmo porque a eventualidade e precariedade da substituição se desfigurou diante da prolongada permanência do servidor, no exercício do cargo, ou seja, durante mais de 5 anos ininterruptos (23.4.55 a 16.5.60).

21. Como é sabido, a substituição quando automática, ainda que remunerada, não dá ensejo ao amparo da Lei n.º 1.741, de 1952, como esclarecido em meu parecer n.º 692-H, *in Diário Oficial* de 27.5.68, ao concordar com pronunciamento do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), nestes termos:

“Com efeito, iterativamente, este Departamento, através de sua Divisão do Regime Jurídico do Pessoal e da Consultoria-Jurídica, tem esclarecido que a

substituição eventual do titular de cargo em comissão por ocupante de função gratificada, mesmo que se faça remunerada, por ultrapassar o período de trinta dias (art. 73, § 1.º, do Estatuto dos Funcionários), embora seja juridicamente considerada não interruptiva do exercício da função gratificada de que o servidor seja ocupante, não pode, por isso mesmo, ensejar a agregação no símbolo do cargo em comissão, *direito que somente se geraria de nomeação através de ato próprio, sujeito a posse, para o cargo de direção*. (Pareceres nos processos n.ºs 6.320-64, *in Diário Oficial* de 7 de outubro de 1965; 9.965-61, *in Diário Oficial* de 3-9-63; 8.775-65, *in Diário Oficial* de 1-3-66; 7.999-66, *in Diário Oficial* de 7-12-66)”, (grifei).

22. No particular, ao contrário da substituição eventual, houve, sem dúvida, a investidura interina, através de ato de nomeação, sujeito a posse, bem como o efetivo exercício do cargo, durante mais de cinco anos.

23. Seria verdadeiramente constrangedor ter que indeferir o pedido do funcionário, somente por apêgo à literalidade fria da lei, quando tôdas as circunstâncias comprovam estar sua situação, naquele período, dentro dos limites de incidência da Lei n.º 1.741-52, através da orientação firmada por este órgão.

24. Assim, considerada a natureza especialíssima que envolve o caso e por entender que o servidor, computando aquele período, preenche as condições para que fôsse declarada sua agregação, opino pela revisão de sua aposentadoria, após a expedição do ato competente que consubstancie a conclusão deste parecer.

Sub censura.

Brasília, 24 de junho de 1969. —
Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor-Geral da República.